

O endividamento é um problema político, insistem os presidentes.

E Sarney fez a apologia da moratória brasileira

Os países desenvolvidos devem compreender que o endividamento externo dos países em desenvolvimento "é um problema político e não só um problema econômico ou de natureza financeira", advertiu ontem, em Montevideu, o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, em entrevista conjunta com o presidente José Sarney, do Brasil, e Júlio Maria Sanguinetti, do Uruguai, após encontro reservado de mais ou menos uma hora no Palácio Libertad. Sarney e Sanguinetti também insistiram na necessidade de negociações políticas em torno da dívida. Sarney assinalou que a moratória brasileira, "no resguardo dos seus próprios interesses", certamente ajudou "profundamente os países endividados, uma vez que a partir da decisão do Brasil os organismos internacionais e os banqueiros se tornaram mais flexíveis e mais compreensivos na finalização dos acordos com diversos países".

Em relação à renegociação da dívida brasileira, que será iniciada dentro de 30 dias, Sarney manifestou a expectativa de que "tenhamos uma negociação justa", observando que entende por negociação justa aquela que "permita aos países devedores pagar a dívida sem o sofrimento e sem o colapso de suas economias, nem pesados encargos que obriguem o sacrifício dos seus povos".

Esta também foi a tônica da carta endossada por Sarney, Sanguinetti e Alfonsín

e enviada aos governos das sete potências industriais do Ocidente que se reunirão no início de junho em Veneza. A carta leva o endosso dos presidentes da Colômbia, Chile, Equador, República Dominicana, Bolívia, México, Peru e Venezuela, os demais países integrantes do chamado Consenso de Cartagena. Essa carta, enviada no domingo pelo presidente Sanguinetti, que ocupa a Secretaria Pró-Temporária do Consenso, manifesta preocupação com as recentes elevações das taxas de juros, coincidindo com um momento de diminuição dos investimentos estrangeiros dos países da região, com a redução nas exportações motivada pelo protecionismo e com as perdas decorrentes das reduções de preços nas exportações de matérias-primas. O documento adverte ainda para co-responsabilidade pela dívida.

Para os presidentes, "só em um clima de razoável segurança e estabilidade a longo prazo na solução do problema da dívida é que se darão as condições para continuar com nossos programas de ajustes, assegurar uma maior inversão e lograr metas de crescimento aceitáveis". A seguir, os presidentes dos países do Consenso de Cartagena resumiram as suas pretensões: "Se necessita ademais de uma ação paralela e coordenada, que deverá passar necessariamente por uma adequação do serviço da dívida à capacidade real de pagamento do país devedor, por reduções efetivas das taxas de

juros nominais, para aproximá-las dos níveis reais históricos, por uma separação da dívida atual e futura, pela eliminação ou limitação ainda mais forte das margens de intermediação bancária, pela reprogramação a longo prazo dos vencimentos e por decidido compromisso com os objetivos de liberalização e expansão do comércio que nos assegure a capacidade de repagamento".

O presidente Alfonsín disse que "hoje se faz absolutamente prioritário trabalhar com o propósito de que se estabeleçam juros fixos e de caráter histórico para o problema da dívida".

O presidente uruguaio Júlio Sanguinetti destacou que o estabelecimento de juros fixos nos níveis históricos para a dívida dos países endividados era uma "declaração de intenção" dos presidentes.

Moeda comum

Brasil e Argentina poderão criar, em julho próximo, quando seus presidentes se reunirão, provavelmente em Bariloche (Argentina), uma moeda comum para as trocas comerciais entre os dois países. "Estamos avançando nesse terreno", disse em Montevideu o presidente argentino Raúl Alfonsín. O Uruguai poderá aderir futuramente ao uso dessa moeda. Fontes brasileiras confirmaram que em julho poderá ser assinado o protocolo que cria a nova moeda. **F.O.**